

Editorial

Esta publicação do segundo volume do dossiê “Vigiar e Punir: 50 anos depois” chega ao público em um tempo que, embora ligeiramente deslocado em relação ao cronograma inicialmente previsto, não é distante das próprias questões que compõem a obra que o inspira. Entre o encerramento de um ano, o intervalo das férias, a suspensão e a (saudável) desestabilização de nossos ritmos durante o carnaval e o retorno às atividades acadêmicas, o atraso também pode ser tomado como efeito das temporalidades concretas que atravessam a vida e as publicações. Se a genealogia nos ensinou a profanar as narrativas lineares e progressivas, talvez possamos também ler este intervalo como parte das condições de possibilidade deste número: um tempo cruzado por forças, interrupções e recomposições.

Dando continuidade ao primeiro volume, publicado em dezembro de 2025, esta segunda parte aprofunda e desloca o campo de problematizações aberto pela comemoração dos cinquenta anos de *Vigiar e Punir*. Se ali era enfatizada a atualidade das análises foucaultianas frente às formas contemporâneas de governo da vida e diferentes áreas, aqui encontramos um duplo movimento que tensiona e expande o programa genealógico: de um lado, um retorno às condições de emergência dessas análises; de outro, sua abertura a domínios que escapam ao horizonte temático originalmente privilegiado por Foucault.

Essa dupla via é anunciada já na apresentação do dossiê, e atravessa de maneira decisiva a composição deste número. Por um lado, os textos que se voltam ao percurso de constituição da genealogia permitem situar *Vigiar e Punir* não como obra isolada, mas como efeito de um campo de forças teórico, político e militante. Nesse sentido, destacam-se as contribuições que exploram as relações entre Foucault, Nietzsche e as práticas de investigação histórica e filosófica que desembocam na formulação de uma analítica do poder. Ao recuperar esse percurso, esses trabalhos não apenas historicizam a genealogia, mas também a reinscrevem como prática situada, marcada por disputas e experimentações. Destaca-se a tradução dos cadernos do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP), que friccionam as fronteiras entre pesquisa, militância e escrita, assim como o texto de Vinciane Despret e outros trabalhos que ampliam o campo da política para além do humano.

É nesse contexto que a presença, neste número, da tradução de trechos dos cadernos do Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP) adquire especial relevância. Mais do que um documento histórico, esses materiais nos colocam em contato direto com um modo de produção de saber que fricciona as fronteiras entre pesquisa, militância e escrita. As

reivindicações oriundas das prisões, recolhidas e publicadas no calor das lutas, não apenas informam a análise foucaultiana, mas exigem outras formas de escuta, de enunciação e de circulação. Ao trazer esses textos ao público de língua portuguesa, este dossiê não apenas amplia o acesso a um conjunto emblemático e ainda pouco difundido, mas também reativa uma questão central: o que pode um saber quando ele se deixa afetar pelas vozes que, historicamente, foram silenciadas ou capturadas pelos dispositivos que pretende analisar?

Ao lado desse retorno às condições de emergência da genealogia, o presente volume também se caracteriza por um movimento de expansão de seus domínios analíticos. Trata-se, aqui, de explorar aquilo que a própria obra de Foucault deixou em aberto — não como lacuna a ser preenchida, mas como campo de experimentação. É nesse sentido que ganha destaque a presença do texto de Vinciane Despret, cuja tradução para o espanhol integra este número. Ao deslocar a questão da política para além do humano, Despret nos convida a pensar as relações entre viventes como campo de produção de mundos, saberes e modos de existência. Sua reflexão, situada na interface entre filosofia, etologia e estudos sociais da ciência, ressoa de maneira potente com a problematização foucaultiana das formas de poder, ao mesmo tempo em que a desestabiliza, ao recusar o privilégio antropocêntrico que marcou grande parte da tradição ocidental.

Esse deslocamento encontra eco em outros trabalhos do volume, que se dedicam a pensar as relações entre humanos e outros viventes como um campo político. Ao abordar, por exemplo, as relações entre pessoas e cães em contextos urbanos latino-americanos, esses textos ampliam o alcance da análise genealógica e colocam em questão o lugar privilegiado que o humano costuma ocupar nas reflexões sobre política. Trata-se, aqui, de levar a sério a hipótese de que o poder — entendido como relação, como ação sobre ações — não se restringe às interações entre humanos, mas atua num campo mais amplo de relações entre corpos, espécies e modos de vida.

Quando destacamos algumas contribuições, não pretendemos, contudo, hierarquizar os textos que compõem este número. Ao contrário, interessa-nos sublinhar a heterogeneidade que o constitui como uma de suas principais forças. Entre retornos e deslocamentos, entre arquivos e experimentações, o que se delineia é um campo múltiplo de problematizações que relança a vitalidade da genealogia como prática crítica. Nesse sentido, cada artigo, a seu modo, contribui para a tarefa sempre inacabada de interrogar as evidências que sustentam nossas formas de pensar, agir e sentir.

Se há algo que este segundo volume evidencia, é que a atualidade de Vigiar e Punir não reside na possibilidade de sua aplicação direta a contextos contemporâneos, mas na

potência de seus gestos: desconfiar das origens, recusar as continuidades fáceis, atentar para os jogos de força que constituem os saberes e as instituições, e, sobretudo, abrir espaço para que outras formas de vida e de resistência possam emergir. Cinquenta anos depois, talvez o desafio não seja apenas reler Foucault, mas colocar sua obra em risco — isto é, fazê-la operar em terrenos que ela própria não antecipou, permitindo que se transforme no encontro com outras questões, outros corpos, outras lutas.

Por fim, este número também pode ser lido como efeito de um trabalho coletivo que envolve autores, tradutores, organizadores e nossa (ainda em construção) equipe editorial, cuja atuação torna possível a existência deste espaço de circulação de ideias. Em tempos marcados por intensas disputas em torno da produção e da legitimação dos saberes, sustentar uma revista como a *Mnemosine* é, também, um gesto político. Que este dossiê possa contribuir, ainda que modestamente, para a ampliação dos debates e para o fortalecimento de práticas críticas no campo das ciências humanas – mesmo (ou principalmente) ao “animalizá-las” um tanto.

Boa leitura!

Alice De Marchi Pereira de Souza